



PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997, do Senador ABDIAS NASCIMENTO, que *dispõe sobre a ação civil destinada ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer, para a preservação da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos.*

RELATOR: Senador JOSÉ PIMENTEL

I – RELATÓRIO

Submete-se, nesta oportunidade, ao crivo desta Comissão, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 1997, de autoria do Senador ABDIAS NASCIMENTO, que se empenha em alterar a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), a fim de que sua abrangência se estenda à proteção da honra e da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

Composto de cinco artigos, o Substitutivo foi aprovado, em 24 de março de 2009, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em 13 de abril de 2013, onde voltou a tramitar como Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 1997.

O Substitutivo em exame inclui na Lei da Ação Civil Pública a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. Para tanto, propõe o cabimento da propositura de ação civil pública, com pedido de medida cautelar, para a apuração de responsabilidades por danos morais e patrimoniais causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. O Substitutivo admite, ainda, que, além do Ministério Público, terá legitimidade para propor ação principal e ação cautelar a associação que

Recebido em 27 / 11 / 13  
Hora: 18 : 07  
Ana Cristina Brasil - Matr. 255169

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ  
SCD Nº 114 DE 1997  
Fl. 54 07



SF/13248.36933-45

Página: 1/4 27/11/2013 17:05:57

330fe77a306527fd86fb9642f34b0b86ec2edf73



inclua entre as suas finalidades institucionais a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. De resto, a cláusula de vigência institui que a Lei decorrente da aprovação do Substitutivo entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

Distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto foi aprovado por unanimidade. Naquela Comissão, considerou-se que “a proposição trata de interesses coletivos e beneficia grande parcela da população discriminada neste País — segmentos da sociedade que carecem de instrumentos jurídicos para defesa de sua dignidade e honra”.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, inciso I, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, e emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente as relativas ao direito civil e processual. Do cotejo dessa atribuição com o conteúdo normativo sugerido pelo PLS nº 114, de 1997, podemos afirmar que o projeto não apresenta vício de **regimentalidade**.

Os requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, por sua vez, são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma (CF, art. 60, § 4º). Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, o substitutivo se afigura correto, pois, como se sabe, a **juridicidade** de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: *a) adequação* do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; *b) generalidade* normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; *c) inovação* ou *originalidade* da matéria, em face das







normas jurídicas em vigor; d) *coercitividade* potencial; e e) *compatibilidade* com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Quanto à **técnica legislativa**, entendemos que o substitutivo está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei, a saber: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

Identificamos, ainda, o **mérito** da proposição, pois a proteção de grupos raciais, étnicos ou religiosos mediante ação civil pública homenageia os fundamentos constitucionais da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do pluralismo, que são sustentáculos do Estado Democrático de Direito. Além disso, ela atende ao objetivo de promover o bem de todos, sem preconceitos, inclusive de origem, raça, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

A tutela judicial da honra e da dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos pode oferecer solução pacífica e justa para situações de conflito entre grupos rivais, contribuindo para evitar que o prolongamento de atitudes hostis e discriminatórias deságue em violência. A proteção pela via da ação civil pública será especialmente útil para evitar a perseguição dos grupos minoritários, frequentemente acuados socialmente e sub-representados politicamente.

Cumpramos ressaltar que a medida proposta não prejudica, de forma nenhuma, a coletividade ou outros segmentos sociais, pois não cria qualquer espécie de privilégio: trata, simplesmente, de oferecer um mecanismo eficaz para proteger a dignidade humana fundamental dos membros desses grupos e o pluralismo na sociedade.



SF/13248.36933-45

Página: 3/4 27/11/2013 17:05:57

330fe77a306527fd86fb9642f34b0b86ec2edf73





### III – VOTO

Diante de todo o exposto, opinamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 1997.

Sala da Comissão, 5 de fevereiro de 2014.

Senador Vital do Rêgo, Presidente

, Relator



SF/13248.36933-45

Página: 4/4 27/11/2013 17:05:57

330fe77a306527fd86fb9642f34b0b86ec2edf73







**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ**  
**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114,**  
**de 1997**

ASSINAM O PARECER, NA 1ª REUNIÃO, DE 05/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo

**RELATOR:** Senador José Pimentel

**Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)**

Relator → José Pimentel (PT)

1. Angela Portela (PT)

Ana Rita (PT)

2. Lídice da Mata (PSB)

Pedro Taques (PDT)

3. Jorge Viana (PT)

Anibal Diniz (PT)

4. Acir Gurgacz (PDT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

5. Walter Pinheiro (PT)

Inácio Arruda (PCdoB)

6. Rodrigo Rollemberg (PSB)

Eduardo Lopes (PRB)

7. Humberto Costa (PT)

Randolfe Rodrigues (PSOL)

8. Paulo Paim (PT)

Eduardo Suplicy (PT)

9. Wellington Dias (PT)

**Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)**

Eduardo Braga (PMDB)

1. Ciro Nogueira (PP)

Vital do Rêgo (PMDB)

2. Roberto Requião (PMDB)

Pedro Simon (PMDB)

3. Ricardo Ferraço (PMDB)

VAGO

4. Clésio Andrade (PMDB)

Luiz Henrique (PMDB)

5. Valdir Raupp (PMDB)

Eunício Oliveira (PMDB)

6. Benedito de Lira (PP)

Francisco Dornelles (PP)

7. Waldemir Moka (PMDB)

Sérgio Petecão (PSD)

8. Kátia Abreu (PMDB)

Romero Jucá (PMDB)

9. Lobão Filho (PMDB)

**Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)**

Aécio Neves (PSDB)

1. Lúcia Vânia (PSDB)

Cássio Cunha Lima (PSDB)

2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)

3. Cícero Lucena (PSDB)

José Agripino (DEM)

4. Paulo Bauer (PSDB)

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

5. Cyro Miranda (PSDB)

**Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)**

Armando Monteiro (PTB)

1. Gim (PTB)

Mozarildo Cavalcanti (PTB)

2. Eduardo Amorim (PSC)

Magno Malta (PR)

3. Blairo Maggi (PR)

Antonio Carlos Rodrigues (PR)

4. Alfredo Nascimento (PR)